

## **GEOGRAFIA E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ALGUMAS INTERCESSÕES POSSÍVEIS**

Geography and years of fundamental education: some possible intercessions

Geografía y años iniciales de la enseñanza fundamental: algunas intercesiones posibles

Samara Mirelly da Silva

[samaramirelly.silva@gmail.com](mailto:samaramirelly.silva@gmail.com)

Vicente de Paula Leão

Universidade Federal de São João del-Rei

[leao@ufsj.edu.br](mailto:leao@ufsj.edu.br)

### **Resumo**

O presente artigo busca refletir a respeito do Ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (AIEF). Nessa perspectiva, salienta a pertinência do conhecimento geográfico nessa fase da escolarização, fundamentado nas ideias de Freire (1987, 1989, 1996, 2003), Callai (2005, 2009, 2010, 2011) e a legislação que rege a Educação formal brasileira. Logo, apoia-se nas perguntas: a Geografia pode contribuir nesse processo? Como e quais as intercessões possíveis? Ao considerar que as crianças participam e ressignificam seus espaços a partir de suas vivências e experimentações, considera-se primordial que suas leituras de mundo estejam presentes e sirvam de suporte para a leitura da palavra, sobretudo, quando se pretende um ensino significativo nos AIEF, abertamente, dedicados à alfabetização das crianças.

**Palavras-Chave:** Ensino de Geografia; Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Leitura da Palavra-Mundo.

### **Abstract**

The present article seeks to reflect on the Teaching of Geography in the Early Years of Elementary School (EYES). In this perspective, he emphasizes the relevance of geographic knowledge in this phase of schooling, based on the ideas of Freire (1987, 1989, 1996, 2003), Callai (2005, 2009, 2010, 2011) and vigorous Brazilian formal education legislation. Therefore, it is based on the questions: can Geography contribute to this process? How and what are the possible intercessions? In considering that children participate and re-signify their spaces from their experiences and experiences, it is considered as primordial that their world readings are present and support the reading of the word, especially when meaningful teaching in the EYES, openly dedicated to children's literacy.

**Keywords:** Geography Teaching; Initial Years of Elementary Education; Reading the Word-World.

### **Resumen**

El presente artículo busca reflexionar acerca de la Enseñanza de Geografía en los Años iniciales de la Enseñanza Fundamental (AIEF). En esta perspectiva, subraya la pertinencia del conocimiento geográfico en esta fase de la escolarización, fundamentado en las ideas de Freire (1987, 1989, 1996, 2003), Callai (2005, 2009, 2010, 2011) y la legislación que rige la Educación formal brasileña. Luego, se apoya en las preguntas: ¿puede la Geografía contribuir en este proceso? ¿Cómo y cuáles son las posibles intercesiones? Al considerar que los niños participan y resignifican sus espacios a partir de sus vivencias y experimentaciones, se considera primordial que sus lecturas de mundo estén presentes y sirvan de soporte para la lectura de la palabra, sobre todo, cuando se pretende una enseñanza significativa en las AIEF, Abiertamente dedicados a la alfabetización de los niños.

**Palabras clave:** Enseñanza de Geografía; Años iniciales de la enseñanza primaria; Lectura de la Palabra-Mundo.

### Para início de conversa...

Durante a Educação Básica, a formação com vistas à promoção da cidadania, que prepara o educando para a inserção crítica na realidade, no entendimento e enfrentamento dos problemas e questões postas à sua vida, de sua comunidade, nação, da humanidade em si, é um dos objetivos gerais da educação formal, e, sobretudo, do ensino de Geografia (SILVA; LEÃO, 2016). Conforme reza a Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) no Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse contexto, a Estrutura Didática da Educação brasileira, proposta pela Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Artigo 21, afirma que a educação escolar compõe-se da Educação Básica e Educação Superior. A primeira abrange, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNEB, BRASIL, 2013, grifo nosso), as seguintes etapas:

- I – a Educação Infantil, que compreende: a Creche, englobando as diferentes etapas do desenvolvimento da criança até 3 (três) anos e 11 (onze) meses; e a Pré-Escola, com duração de 2 (dois) anos.
- II – o Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, com duração de 9 (nove) anos, é organizado e tratado em duas fases: a dos 5 (cinco) anos iniciais e a dos 4 (quatro) anos finais.**
- III – o Ensino Médio, com duração mínima de 3 (três) anos.

Os objetivos da Educação Básica, definidos para a Educação Infantil prolongam-se durante os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (AIEF) – objeto de estudo no presente texto, devendo ser priorizados nesta formação,

[...] os aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade e, igualmente ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo com qualidade social mediante:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;**
- II – o foco **central na alfabetização**, ao longo dos três primeiros anos, conforme estabelece o Parecer CNE/CEB nº 4/2008, de 20 de fevereiro de 2008 [...];
- III – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes e da cultura dos direitos humanos e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- IV – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- V – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social (BRASIL, 2013, grifo nosso).

Tendo em vista esses subitens arrolados pela legislação vigente, esse ensaio caracteriza-se por uma incursão teórica que visa em alguma medida refletir sobre as questões: como o ensino de Geografia se apresenta no contexto dos AIEF? A Geografia pode contribuir nesse processo? Como e quais as intercessões possíveis?

Assumindo essas questões como basilares, busca explorar a importância do conhecimento geográfico nessa fase da escolarização e aponta para a pertinência da presença dos conceitos/categorias de análise (lugar, paisagem, território e espaço geográfico) nos AIEF, de maneira a valorizar a leitura de mundo dos educandos. Posto que as crianças são coprodutoras de espaços e tempos sociais, é substancial nessa etapa da escolarização que se incorpore a leitura de mundo ao processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista a superação e/ou produção de saberes. Compreende-se que isto pode enriquecer e alimentar a leitura da palavra e, portanto, fazer o processo de alfabetização mais significativo, contextualizado e crítico. Por fim, a título de *(In)Conclusão*, aborda no último tópico deste texto alguns dos *Vários Desafios Existentes* a serem superados não só pelo ensino de Geografia nos AIEF, mas pela Educação formal como um todo, da qual este não está apartado. Desafios apontados que extrapolam os fins pretendidos inicialmente nesse ensaio, e que certamente merecem reflexões mais aprofundadas.

### **Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental... algumas intercessões possíveis**

Em um primeiro olhar, a importância do conhecimento geográfico nessa etapa da Educação Básica, poderia permear a compreensão do “ambiente natural e social, do sistema político, da economia [...]”, conforme apresentado nas DCNEB (BRASIL, 2013).

Entretanto, um ponto de partida possível e complementar a este que aponta para *outras intercessões possíveis* entre o ensino de Geografia e os objetivos colocados aos AIEF, é a possibilidade da “leitura da palavra” (priorizada nessa etapa) estar comprometida com a “leitura de mundo” do qual os alunos naturalmente fazem parte. Essa intercessão pode ser promovida pelo ensino crítico e significativo de Geografia nesses anos, conforme apontado por Helena C. Callai (2005, 2009, 2010, 2011).

Segundo a autora (2010), uma forma de realizar a leitura do mundo é por meio da leitura do espaço, o qual traz em si marcas da vida dos homens. Assim entendida, “A leitura do espaço permite que se faça o aprender da leitura da palavra, aprendendo a ler o mundo. A partir daí, a Geografia pode trabalhar com os conceitos que são próprios do seu conteúdo” (CALLAI, 2005, p. 234).

Paulo Freire (1989, p. 11) corrobora ao afirmar que a compreensão crítica do complexo ato de ler não se finda na decodificação pura da palavra ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. Dessa maneira, o estudo do espaço e suas multidimensões torna-se salutar à leitura crítica da palavra-mundo voltada à formação cidadã.

Fundamentando-se nos estudos realizados por Callai (2005, 2009, 2010, 2011) e na definição freireana que considera, “A alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político

um esforço de leitura do mundo e da palavra (FREIRE, 1989, p.30), se intende acentuar a importância de uma reflexão consistente entre a *leitura da palavra, leitura do mundo* e, neste caso, *o ensino de Geografia*, de ensinar a escrever, escrevendo o mundo, e de ensinar a ler a partir da leitura do mundo (CALLAI, 2005, 2000), especialmente nos AIEF.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental (PCN) (BRASIL, 1997, p.73),

O ensino de Geografia pode levar os alunos a compreenderem de forma mais ampla a realidade, possibilitando que nela interfiram de maneira mais consciente e propositiva. Para tanto, porém, é preciso que eles adquiram conhecimentos, dominem categorias, conceitos e procedimentos básicos com os quais este campo do conhecimento opera e constitui suas teorias e explicações, de modo a poder não apenas compreender as relações socioculturais e o funcionamento da natureza às quais historicamente pertence, mas também conhecer e saber utilizar uma forma singular de pensar sobre a realidade: o conhecimento geográfico.

Logo, se espera que, mobilizando os conhecimentos geográficos as pessoas possam compreender e intervir de maneira propositiva em seus espaços. Nesse sentido, torna-se preponderante apreender sobre os conceitos estruturadores, objeto de estudo, escalas de análise, bem como a alfabetização cartográfica - pré-requisitos fundamentais para que os alunos compreendam criticamente o espaço, as inter-relações nele imbricadas e desenvolvam essa “forma singular de pensar sobre a realidade: o conhecimento geográfico” (*idem*).

Entretanto, nos processos de ensino e aprendizagem o aluno não deve ser tratado como “recipiente vazio”<sup>1</sup>, mas como sujeito também ativo. Nesse contexto, entende-se que o ensino significativo de Geografia, deve considerar de igual modo a participação dos educandos nos contextos locais e temporais que estão inseridos. Ao contemplar os lugares, territórios, paisagens, tempos e espaços dos alunos, que, de modo consequente marcam suas experiências pessoais, dá-se voz às suas leituras de mundo. Conhecer e valorizar esse tipo de leitura, ascende a possibilidade do aluno reinterpretar, ressignificar ou mesmo construir novos conhecimentos com maior criticidade a respeito da (sua) realidade.

Considera-se que a maneira como as crianças leem o mundo, atribuindo-lhes valores e significados próprios a partir de suas vivências e experimentações, é de copiosa importância ao ensino e aprendizagem de Geografia nos AIEF. Através da mediação docente adequada, pode ocorrer o despertar de suas consciências para as participações na constituição desses espaços, ou seja, para o entendimento de que não somente estão inseridas em um meio, mas são agentes efetivos na sua (re)construção. Nesse sentido, pondera os PCN (BRASIL, 1997, p. 76),

Desde as primeiras etapas da escolaridade, o ensino de Geografia pode e deve ter como objetivo mostrar ao aluno que cidadania é também o sentimento de pertencer a uma realidade na qual as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado – constantemente em transformação – do qual ele faz parte e, portanto, precisa conhecer e sentir-se como membro participante afetivamente ligado, responsável e comprometido historicamente.

---

<sup>1</sup> Perspectiva da educação bancária denunciada por Freire, 1987.

Consequentemente, verifica-se que o ensino de Geografia nessa etapa da escolaridade desempenha um importante papel na formação cidadã do educando. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia para as séries iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 1997, p. 76) afirmam ainda que, “[...] embora o espaço geográfico deva ser o objeto central de estudo, as categorias Paisagem, Território e Lugar devem também ser abordados, principalmente nos ciclos iniciais, quando se mostram mais acessíveis aos alunos, tendo em vista suas características cognitivas e afetivas”.

A despeito dos conceitos estruturadores do conhecimento geográfico a serem considerados nos AIEF, segundo Cristina Maria C. Leite (2012), o lugar, apreendido como categoria de análise da Geografia, possibilita que as vivências do educando e de seu grupo social fomentem reflexões sobre a realidade. Esse conceito “possibilita a valorização do que é particular, específico, singular para a criança, bem como gera a possibilidade de reafirmação de seus valores, histórias de vida, memória familiar, grupo social e cultura” (*idem*, p. 16). Ao mesmo tempo, vincula-se às referências pessoais e a um sistema de valores que direcionam diferentes formas de perceber a paisagem e o próprio espaço geográfico (BRASIL, 1997, p. 76).

Já a categoria paisagem, conforme Luiz Otávio Cabral (2000, p. 43), se pensada como mediação entre o mundo das coisas e aquele da subjetividade humana, faz com que, ao inventariar e decodificar os significados das paisagens em volta, haja uma reflexão sobre os próprios papéis para a reprodução cultural. Destarte, para o autor, o conceito de paisagem harmoniza-se como campo da visibilidade e também de significação individual e sociocultural.

Por conseguinte, o aluno carrega vínculos afetivos e de identidade relativos a um lugar, que por sua vez, é dotado de paisagens (e suas significações) que manifestam o “trabalho social que qualifica o espaço, gerando o território” (BRASIL, 1997). Assim, fica evidente que “[...] as percepções, as vivências e a memória dos indivíduos e dos grupos sociais são, portanto, elementos importantes na constituição do saber geográfico” (BRASIL, 1997, p.74-75).

. Consequentemente, há necessidade de concepções e práticas de ensino que respeitem os saberes e culturas dos educandos, que faça das salas de aula ambientes democráticos constituídos de pluralidade de vozes, tendo por objetivo a construção de conhecimentos mediatizados pelo mundo. Para isso, torna-se essencial que os professores desses anos, juntamente com os seus alunos, busquem a aprendizagem significativa por intermédio da interlocução do conhecimento geográfico com o lugar onde vivem, sobrepondo-o e intercalando-o com outras escalas geográficas de análise como a nacional e a global.

### **A leitura da palavra-mundo nos AIEF**

De acordo com Vesentini (2003), é notável que o sistema escolar moderno venha se tornando um elemento categórico para a reprodução da sociedade capitalista. Para o autor (2003, p. 16);

[...] a escola não é apenas uma instituição indispensável para a reprodução do sistema. Ela é também um instrumento de libertação. Ela contribui – em maior ou menor escala, dependendo de suas especificidades – para aprimorar ou expandir a cidadania, para desenvolver o raciocínio, a criatividade e o pensamento crítico das pessoas, sem os quais não se constrói qualquer projeto de libertação, individual ou coletivo.

Para esse “projeto de libertação” é imprescindível, segundo Freire (2003), que as escolas sejam centros onde se formem hábitos de solidariedade, participação e responsabilidade, e que, orientada para o desenvolvimento e democracia, deva haver uma educação pelo diálogo e que desenvolva nas pessoas sua criticidade.

Portanto, a maneira de entender as crianças apenas como receptoras e como um *vir a ser* não as reconhecendo como sujeitos sociais ativos que interagem com o espaço:

[...] nega seu papel de sujeito social, nega a existência de suas histórias e geografias, nega suas possibilidades de construção, de ação e de diálogo na produção dos espaços e tempos em que se inserem e a coloca na condição de sujeito passivo e, portanto, passível de receber ações que vêm dos outros que compõem seus cotidianos (LOPES, 2009, p. 34).

A formação desejada aos alunos comunga com o estudo pautado no diálogo, na participação, na criatividade e na sala de aula enquanto ambiente de construção do conhecimento. Consequentemente, o ensino crítico e significativo do espaço geográfico, que alimente a leitura da palavra-mundo nos AIEF, insere-se nesse contexto, em que observar, descrever e propor hipóteses em relação ao espaço onde se vive se tornam ferramentas cruciais e, sobretudo, passíveis de serem incorporadas ao processo de alfabetização das crianças. Para Straforini (2001, p.56-57);

Não se espera que uma criança de sete anos possa compreender toda a complexidade das relações do mundo com o seu lugar de convívio e vice-versa. No entanto, privá-la de estabelecer hipóteses, observar, descrever, representar e construir suas explicações é uma prática que não condiz mais com o mundo atual e uma Educação voltada para a cidadania.

Destarte, parte-se da premissa de que ignorar esse saber do qual as crianças são dotadas de seu próprio meio é também não respeitá-las. É não respeitar suas pronúncias de mundo enquanto atores sociais ativos na sociedade e que ocupam, constroem e ressignificam os seus espaços de maneira propositiva em relações inter e intrageracionais (SILVA, 2016).

Segundo Callai (2013, p. 145), mesmo que os alunos não consigam obter em sua compreensão a escala planetária dos fenômenos, nem por isso se deve deslocar/simplificar a análise. Deve-se, sim, proporcionar-lhes a possibilidade e a perspectiva de “ir além”.

Com efeito, ouvir as leituras do mundo vivido das crianças é um começo fundamental para a necessária superação/produção de saberes e, conseqüentemente, a este “ir além”. Afinal, é no lugar, enquanto construção histórica e social, que o espaço geográfico guarda o movimento da vida (CARLOS, 2007), da nossa vida.

Considera-se que a maneira como as crianças ressignificam os tempos e espaços que frequentam, atribuindo-lhes valores e significados próprios a partir de suas experiências e textualizações cotidianas

(CASTROGIOVANNI, 2009, p. 7), pode e deve servir de suporte para o ensino do conhecimento geográfico, ao passo que, como bem coloca Callai (2005, p. 232), “Partindo do fato de que a gente lê o mundo ainda muito antes de ler a palavra, a questão é exercitar a prática de fazer a leitura do mundo”.

Nesse sentido, valendo-se da leitura de mundo dos educandos, os professores dos AIEF, podem buscar via interdisciplinaridade a relação entre essas duas áreas, alfabetização e conhecimento geográfico. Isso faz com que a leitura do mundo sirva de suporte para a leitura da palavra (e/ou vice-versa) e assim, que as crianças aprendam desde o início da escolaridade essa salutar relação presente na leitura crítica da palavra-mundo, essencial para a compreensão das realidades e, sobretudo, para a construção da cidadania. Afinal, conforme Freire (2001, p. 131), ao entender a educação como um ato político, sobretudo “[...] na natureza política da educação como uma totalidade, e da alfabetização como um capítulo dela. A alfabetização em si não é sequer o começo da cidadania, mas a experiência cidadã requer a alfabetização”.

### **Considerações Finais**

Ao compreender as crianças como coprodutoras de espaços e tempos sociais, evidencia-se a importância de se considerar o espaço vivido por elas nos AIEF, sobretudo nas aulas de Geografia. A presença de suas próprias representações, espaços, lugares e paisagens pode enriquecer e alimentar a leitura da palavra e, portanto, fazer o processo de alfabetização mais significativo, contextualizado e crítico ao se pautar na participação, no diálogo e na leitura de mundo dos educandos.

Verifica-se, assim, a possível e salutar contribuição do conhecimento geográfico para a efetivação de uma pedagogia libertadora e emancipadora, formadora de cidadãos conscientes de seu papel transformador do/e com o mundo enquanto agentes histórico-sociais. Ao se trabalhar nas salas de aula dos AIEF, conceitos fundantes da Geografia aliados a leitura de mundo dos educandos, enriquece-se o processo de alfabetização, à medida que se aproxima, valoriza e consolida saberes de distintas áreas do conhecimento e a leitura crítica de suas realidades.

Logo, buscou-se nesse texto realçar algumas intercessões possíveis referentes ao ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Entretanto, para que essas *intercessões possíveis* ocorram, é necessário, dentre outras condições, uma formação e atuação docente comprometidas com um projeto de transformação social. Afim de que efetivo, o ensino nos AIEF ocorra de maneira cada vez mais crítica e contribua para que os alunos leiam as palavras-mundo e sejam capazes de se reconhecerem enquanto agentes, atores sociais que participam e (re) constroem o mundo.

### **(In)Conclusão: Geografia e Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Algumas Intercessões Possíveis e os Vários Desafios Existentes**

Não se (in)conclui, entretanto, sem fazer referência aos inúmeros desafios a serem superados pelo ensino de Geografia nos AIEF, além da já mencionada formação docente. Um deles, pode ser facilmente

adaptado das ideias de Donald A. Schön (1997) quando, no texto *Formar Professores como Profissionais Reflexivos*, o autor afirma existir um sistema burocrático e regulador da escola, construído em torno do saber escolar, que dificultaria a reflexão-na-ação por parte dos professores. Dessa forma, coloca: “Estes dois lados da questão – aprender a ouvir os alunos e aprender a fazer da escola um lugar no qual seja *possível* ouvir os alunos – devem ser olhados como inseparáveis” (SCHÖN, 1997, p. 87, grifo do autor).

De maneira complementar, volta-se também a um questionamento mais amplo feito por Paulo Freire em 1959: “Como, porém, aprender a discutir e a debater numa escola que não nos habitua a discutir, porque impõe?”<sup>2</sup> (2003, p. 114). Em sua tese *Educação e Atualidade brasileira*, o grande educador e patrono da educação brasileira, já advertia dos riscos de uma “inautêntica sabedoria” em uma escola alheia ao tempo e espaço de seu educando, em que os processos de aprendizagem postos de forma verticalizada, verbosos e autoritários se tornavam “[...] contradições e obstáculos às forças democráticas em emersão”. No período que Freire escreveu essa obra, 1959, o Brasil vivia, segundo ele, um período marcado pela “inexperiência democrática” e pela “emersão do povo na vida pública nacional”. Apesar do momento histórico distinto do qual se vive hoje, nota-se que suas colocações ainda se mostram latentes no plano político-educacional, ainda marcado pelos reflexos desta “inexperiência democrática” brasileira. Constituindo, assim, desafios a serem superados não só pelo ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mas pela Educação formal como um todo, da qual este não está apartado.

Todavia, “mesmo que por si só, a educação não possa libertar o homem de toda violência e opressão, ela contribui para isso ao conduzi-lo a adotar uma atitude crítica face ao seu meio” (FREIRE, 1996, p. 21). É nesse sentido, que devem se pautar os esforços de todos aqueles que, apesar dos inúmeros condicionamentos e condicionantes tem esperanças de um mundo mais justo. Enfim, espera-se que o estudo do espaço geográfico aconteça desde o início da escolarização. Todavia, não aquele inerte, linear, fragmentado, inativo, mas o objeto de estudo em Geografia, ou seja, o “nosso” espaço, fruto das relações sociais e, portanto, passível de mudança. Para que, comprometidos com o espaço geográfico e com sua constante (re)construção, este possa ser compreendido como um mundo de possibilidades, e não de fatalismos (FREIRE, 1996), de contradições, mas, também, de transformações.

## Referências

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: História, Geografia*. V. 5. Brasília: MEC/SEF, 1997.

---

<sup>2</sup> Muitas vezes, porém, a própria escola é padecente de um sistema educacional verticalizado e autoritário, obediente à interesses externos aos nacionais.

\_\_\_\_\_. *Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/19394.htm>>. Acesso em: 30 set. 2015.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

CABRAL, Luiz Otávio. A paisagem enquanto fenômeno vivido. *Geosul*, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 34-45, jul./dez. 2000.

CALLAI, Helena Copetti. O município: uma abordagem geográfica nos primeiros anos da formação básica. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. *Temas da Geografia na escola básica*. Campinas: Papirus, 2013.

\_\_\_\_\_. A Geografia Escolar – e os conteúdos da Geografia. *Revista Anekumene· Geografia, Cultura Y Educación. Revista Virtual*, n. 1, p. 128-139, 2011.

\_\_\_\_\_. A Geografia ensinada: os desafios de uma educação geográfica. In: MORAIS, Eliana M. B.; MORAES, Loçandra B. de (Org.). *Formação de Professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia*. Goiânia: NEPEG, p.15-38, p. 2010.

\_\_\_\_\_. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI (Org.). *Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação. p. 83-131, 2009.

\_\_\_\_\_. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. *Cad. Cede*, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 abril 2012.

CASTROGIOVANNI (Org.). *Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007. 85 p.

\_\_\_\_\_. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. In: ARAÚJO, Ana Maria (Org.). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEITE, Cristina Maria Costa. *O Lugar e a Construção da Identidade: os significados construídos por professores de Geografia do Ensino Fundamental*. 2012. 239 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LOPES, Jader Janer Moreira. As Crianças, suas Infâncias e suas histórias: Mas por onde andam suas Geografias? *Educ. foco*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 31-44, set. 2008/fev. 2009.

SILVA, Samara Mirelly da.; LEAO, Vicente de Paula.; Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Por onde anda a Geografia?. *Caderno de Geografia PUC Minas*, v. 26, p. 382-395, 2016.

\_\_\_\_\_. Lugares e Paisagens das Crianças: Suas Leituras, suas Vozes. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 1, p. 1-9, 2016. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/2016/02/geografia.html>> Acesso 03 dez 2016.

SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (Coord.). *Os professores e a sua formação*. 3. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. p. 77-92.

STRAFORINI, R. *Ensinar geografia nas séries iniciais: o desafio da totalidade mundo*. 2001. 155 f. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

VESENTINI, José Willian. Educação e ensino da geografia: instrumento de dominação e/ou de libertação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A geografia na sala de aula*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.